

Fls.: _____

Proc.: 59560.000311/2022-90



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

TERMO DE REFERÊNCIA

(MENOR PREÇO POR GRUPO)

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO DIVERSOS, MATERIAL ELÉTRICO, MÓVEIS, GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DE COPA E COZINHA, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E MOBILIÁRIOS, NO ÂMBITO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM JUAZEIRO/BA.

Maio/2022



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
 Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES
3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
4. LOCAL DE ENTREGA.....
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DA AMOSTRA.....
8. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA
9. PROPOSTA
10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
11. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....
12. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS
13. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....
14. REVISÃO DOS PREÇOS
15. PRAZO DE VALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
16. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO
17. FISCALIZAÇÃO
18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF
21. GARANTIA DOS MATERIAIS
22. CONDIÇÕES GERAIS
23. ANEXOS.....



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Fornecimento eventual de material de consumo diversos, material elétrico, gêneros de alimentação/copa e cozinha, equipamentos de refrigeração, e mobiliários, no âmbito da Codevasf – 6ª Superintendência Regional, em Juazeiro/BA, **com 83 (oitenta e três) itens, distribuídos em 12 (doze) grupos** conforme descritos no Anexo II do TR.

GRUPO	DESCRIÇÃO	QT
GRUPO 01	Material de Consumo - Copos	02
GRUPO 02	Material de Consumo – Uso Geral para Escritório (Diversos)	34
GRUPO 03	Material de Consumo – Uso Geral para Escritório (Diversos)	05
GRUPO 04	Material Gráfico	02
GRUPO 05	Gênero de Alimentação	05
GRUPO 06	Material de Copa e Cozinha	09
GRUPO 07	Material de Informática – Toner HP	04
GRUPO 08	Material de Informática – Toner Brother	02
GRUPO 09	Equipamentos de Refrigeração	06
GRUPO 10	Mobiliários	06
GRUPO 11	Mobiliários II	03
GRUPO 12	Materiais elétricos	05

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada no município de Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site das Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

PAINEL DE PREÇO - disponibiliza de forma clara e de fácil leitura, dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo:
www.paineldeprescos.planejamento.gov.br.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução do ou fornecimento.

ORDEM DE FORNECIMENTO – Documento que compõem/comporá o contrato assinado pelo diretor da área de competência que oficializa o início da contagem de prazo para a execução do contrato

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência,



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site das Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Modo de Disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,2 % (dois décimos por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.2 Valor estimado: Público

3.4 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

3.5 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços

3.6 Critério de Julgamento: Menor Preço POR GRUPO

3.6.1 Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no Edital, respeitar os limites de preços e **apresentar o menor preço por Grupo (grupos 1 a 12)**, para o fornecimento dos referidos materiais e bens.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

3.6.2 A proposta deverá ser apresentada em reais, **com duas casas decimais**, com as quantidades, com os preços unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, fretes (regionais e nacionais) e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição, conforme os itens e especificações constantes no presente Termo de Referência.

3.6.3 Todos os produtos devem ser originais de fábrica, **não sendo aceita, em hipótese alguma, a cotação de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados**, sob pena de afastamento do certame pela Codevasf (TCU, Decisão 1622/2002-Plenário).

3.6.4 É facultado ao pregoeiro a solicitação de amostra à licitante detentora da melhor proposta, para **açúcar (Item 44), café (Item 45), envelope confeccionado em papel Kraft puro 240 X 340mm (Item 42), e envelope confeccionado em papel branco material 100% reciclado 114 X 229mm (Item 43)**, objeto desta licitação que o pregoeiro julgar necessário, para a simples verificação da conformidade com as especificações, devendo ser atendida no prazo estipulado pelo pregoeiro, a contar da data de intimação, via chat, **conforme detalhado no item 7 – Amostra, deste Termo de Referência.**

Forma de Fornecimento: Parcelado.

3.6.5 Não será aceita a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada, não enviar amostra ou não apresentá-la no prazo estabelecido.

a) A realização do teste de amostra do **café, açúcar**, será realizado por verificação da conformidade do produto em relação às especificações.

b) A realização do teste de amostra do **café, açúcar**, caberá à área de Serviços Gerais.

c) Somente serão realizados testes para os demais itens, a critério do Pregoeiro;

d) Data em que os testes serão realizados:



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

- i. Os testes serão comunicados e solicitados pelo Pregoeiro via chat;
- ii. Os testes deverão ocorrer em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da amostra;

4. LOCAL DE ENTREGA

4.1 Os materiais e bens, objeto deste Termo de Referência, deverão ser faturados e entregues nos endereços descritos abaixo, conforme Ordem de Fornecimento (OF) emitida pela Unidade de Serviços Gerais da Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico - 6ª/GRA/USA da Codevasf:

ÓRGÃO GERENCIADOR - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

6ª Superintendência Regional – 6ª SR

Endereço: Avenida Comissão do Vale do São Francisco, S/N - Piranga.

CEP: 48.900-000. Juazeiro/BA. Fone: (74) 3614-6256/6259

Escritório de Apoio da Codevasf em Salvador, localizado na Avenida Ulisses Guimaraes, 630, EDF DNOCS, Sala 106, Sussuarana, Salvador/Ba.

Escritório de Apoio da Codevasf em Paulo Afonso, localizado na Rua Aurora, 690, General Dutra, Paulo Afonso/BA.

4.2 O horário para entrega dos materiais será de 08h às 12h00 e de 13h30 às 17h30.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento eventual de materiais de expediente e consumo diversos, material elétrico, gêneros de alimentação/copa e cozinha, equipamentos de refrigeração, e mobiliários, no âmbito da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, em Juazeiro/BA, conforme distribuídos nas planilhas constantes no **ANEXO II** deste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

5.2 O meio de transporte e o acondicionamento dos materiais e bens, objeto deste pregão, devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5.3 A Codevasf não dispõe no local da entrega, nem de equipamentos e nem de pessoal para as atividades de descarga dos materiais e bens a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais e bens a serem entregues.

5.4 As descrições dos fornecimentos de materiais de expediente e consumo diversos, material gráfico e gestão de pessoas, gêneros de alimentação, material de copa/ cozinha, equipamentos de refrigeração, e mobiliários, bem como suas especificações técnicas e seus quantitativos, constam nas planilhas constantes no ANEXO II deste Termo de Referência, composto de **83 (oitenta e três)** itens, distribuídos em **12 (doze) grupos**.

5.5 Havendo divergência entre a descrição dos materiais e bens no sistema Comprasnet (CATMAT) e a descrição contida nas planilhas do Anexo II, prevalecerá sempre à descrição contida nas planilhas campo "**Descrição sucinta**".

5.6 A pesquisa de preços que norteou o Termo de Referência foi realizada entre **fevereiro** de 2022, através do banco de preços.

5.7 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2 As propostas serão aceitas somente para todos os Itens do GRUPO que o licitante esteja concorrendo, conforme *Escopo de Fornecimento, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas* deste Termo de Referência.

6.3 Cotações diferentes do informado no item 6.2 NÃO serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.

6.3. CONSÓRCIO

6.3.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.4. SUBCONTRATAÇÃO

6.4.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação

6.5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar do certame em condições de **exclusividade para os grupos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8**, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7. DA AMOSTRA

7.1 Poderá ser exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar e/ou com a proposta mais vantajosa, que apresente amostra, ficha técnica e laudo, conforme o caso, e de acordo com o informado no subitem 3.6.4, para verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação do pregoeiro via chat ou na Codevasf – 6ª SR, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, S/N – Piranga – Juazeiro/BA



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

7.2 Quando houver solicitação de amostra, poderão ser exigidos relatórios e/ou laudos de ensaio de laboratório acreditado pelo INMETRO, que demonstre a conformidade com as normas brasileiras pertinentes. O Relatório de Ensaio deverá atender aos requisitos das respectivas normas e deverá vir acompanhado de documentação gráfica (desenhos ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente.

7.3 A apresentação das amostras não será condição de habilitação, tampouco de impedimento à participação, estando à mesma limitada à fase de classificação das propostas, devidamente disciplinada no instrumento convocatório - Decisão nº 85/2002 - Plenário e Decisão nº 1102/2001- Plenário.

7.4 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

7.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

7.6 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.7 Será considerada aprovada a amostra que atender aos critérios técnicos estabelecidos neste instrumento.

8. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

8.1 O atestado de visita aos locais do **fornecimento** **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos locais de entrega.

8.1.1 Os custos de visita ao local onde serão entregues os materiais e bens correrão por exclusiva conta do licitante.

8.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os materiais e bens, objeto desse Termo de Referência, ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a *Unidade de Serviços Gerais da Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – 6ª/GRA/USA, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, S/N - município de Juazeiro/BA, nos telefones: (74) 3614-6256-6259.*

9. PROPOSTA

9.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada material/bem ofertado;
- b) A proposta deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo aos prazos estipulados neste instrumento convocatório e será considerado o **preço Grupo, com duas casas decimais**, com as quantidades, com preços unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, fretes (regionais e nacionais) e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição, conforme os itens e especificações constantes no presente Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

- c) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- d) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os materiais e bens, deve estar devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo III, que é parte integrante deste termo de Referência.
- e) O prazo de **validade da proposta será de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

9.1.1 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

9.1.2 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos materiais, equipamentos, ferramentas e mobiliários, considerando que **a CODEVASF não possui inscrição estadual**, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais/bens e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

9.2 Será considerada a melhor proposta, a que **apresentar o menor preço por Grupo (01 a 12)**, conforme critérios acima estabelecidos.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 QUALIFICAÇÕES TÉCNICA

10.1.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas, sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

10.1.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos materiais/bens, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem materiais/bens dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais/bens, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.

10.1.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Comprovação de compatibilidade da inscrição do CNPJ da licitante compatível com o objeto de fornecimento do Edital e Termo de Referência;
- b) Atestado (s) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de serviços/fornecimentos de equipamentos, observando o quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do contingente total de cada item descrito na Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços Máximos Estimados e Margem de Preferência, Anexo II deste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

- c) O Licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
- i) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes; após a apresentação das propostas a Codevasf terá 3 (três) dias úteis para verificação de todos os documentos e habilitação das empresas participantes do processo licitatório;
 - ii) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

10.1.4 Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

10.2 A Codevasf poderá, a seu critério, promover visita de cunho técnico para conhecer as instalações e equipamentos das empresas participantes do processo.

11. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação o valor máximo global de **R\$ 617.438,98 (seiscentos e dezessete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos)**, sendo o valor máximo global por grupos, **a preços de fevereiro/2022**, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

No caso de Grupos:

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
GRUPO 01	Material de Consumo - Copos	R\$ 1.563,50



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

GRUPO 02	Material de Consumo – Uso Geral para Escritório (Diversos)	R\$ 16.707,71
GRUPO 03	Material de Consumo – Uso Geral para Escritório (Diversos)	R\$ 12.574,00
GRUPO 04	Material Gráfico	R\$ 1.705,00
GRUPO 05	Gênero de Alimentação	R\$ 8.873,90
GRUPO 06	Material de Copa e Cozinha	R\$ 5.866,76
GRUPO 07	Material de Informática – Toner HP	R\$ 5.625,10
GRUPO 08	Material de Informática – Toner Brother	R\$ 5.630,76
GRUPO 09	Equipamentos de Refrigeração	R\$ 267.905,70
GRUPO 10	Mobiliários	R\$ 116.264,25
GRUPO 11	Mobiliários II	R\$ 92.695,80
GRUPO 12	Materiais Elétricos	R\$ 82.026,50

As planilhas orçamentárias e o preço dos itens foram baseados em pesquisa de preços através de pesquisas aquisições e contratações similares de outros entes públicos através da plataforma do banco de preços, conforme estabelecido no Inc. II, Art. 5º, da Instrução Normativa Nº 73 de 05 de agosto de 2020, e Inc. II, Art. 15, do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf - RILC.

11.2 Em conformidade com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art.7º, § 2º:

"Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

12. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

12.1 O prazo máximo para execução do objeto deste TR, ou seja, para entrega dos materiais e bens, **será de 30 (trinta) dias**, a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento (contendo a informação da respectiva Nota de Empenho) pela licitante vencedora, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

12.2 A Ordem de Fornecimento, documento convocatório para a entrega dos materiais e bens, será enviado à empresa vencedora por e-mail ou outro meio de comunicação disponível.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

13. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base nos preços unitários dos materiais/bens registrados na Ata de Registro de Preços, efetivamente entregue no endereço indicado, em conformidade com o item 04 (Local de entrega), contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente.

13.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

13.3 Os materiais/bens, objeto deste certame, serão pagos de acordo com a unidade responsável pela emissão da Ordem de Fornecimento (OF), de acordo com seu respectivo CNPJ e demais dados de identificação.

14. REVISÃO DOS PREÇOS

14.1 Os preços registrados somente poderão ser revistos em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, que eleve o custo dos materiais/bens registrados, conforme Art. 17, 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013 e observadas às situações previstas no Inciso VI do Art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

15. PRAZO DE VALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O prazo de **validade** dos preços apresentados **será de 08 (oito) meses**, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços. A existência de preços registrados não obriga a Codevasf a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

16. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

16.1 As especificações constantes da proposta deverão estar em conformidade com a presente neste termo de referência, após avaliação e aprovação das amostras apresentadas.

16.2 O prazo de entrega dos itens pedidos será *de 30 (trinta) dias, a contar da comprovação de recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) assinada*, contendo a informação da respectiva nota de empenho.

16.3 Caso, na data e hora previamente agendada para entrega, o órgão não se ache no local informado a BENEFICIÁRIA, a seu critério, poderá cancelar o fornecimento ou efetuar novo agendamento para entrega.

16.4 Os fornecimentos serão efetuados em dias úteis, nos horários estabelecidos pela Codevasf - 6ª SR ou, excepcionalmente, em outra data e horário determinado pela mesma, podendo, neste caso, ser cobrado adicionalmente pelo fornecedor o valor do frete.

16.5 Os materiais/bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou representante legal Codevasf – 6ª SR, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

16.6 Os materiais/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.7 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

16.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16.9 O objeto adjudicado deverá ser entregue com um prazo mínimo útil de validade em relação àquela apresentada pelo fabricante a partir da data de entrega de cada pedido.

16.10 A formalização do pedido de material/bem será efetuada, via Ordem de Fornecimento (OF), mediante o seu envio por e-mail, fax ou outro meio de comunicação disponível, ao número informado pelo fornecedor, devidamente assinado pelo representante legal do órgão ou seu preposto e encaminhado à empresa BENEFICIÁRIA DA ATA, conforme previsto neste Termo de Referência.

16.11 Os itens de procedência estrangeira deverão ter esta característica registrada na nota fiscal.

16.12 A BENEFICIÁRIA será a única responsável pela qualidade dos materiais/bens fornecidos.

16.13 O recebimento do material/bem não significa a sua aceitação, que será efetivada após o material/bem ter sido periciado visualmente e aprovado para uso, pelo fiscal do contrato da Codevasf e de cada órgão participante.

16.14 A cada entrega de material/bem será promovida nova perícia visual do material/bem realizada pelo critério de amostragem.

16.15 A BENEFICIÁRIA deverá substituir, durante o prazo de validade, o material/bem entregue e aceito que se evidencie estar fora das características e especificações do material/bem a ela adjudicado no certame. Caso não seja possível a substituição, a BENEFICIÁRIA deverá indenizar o órgão.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

16.16 O órgão selecionará, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames visuais, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo, sendo o prazo máximo de perícia dessas amostras de 02 (dois) dias úteis, contados da entrega do material.

16.17 A REJEIÇÃO do material/bem não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

16.18 Ocorrendo a REJEIÇÃO de algum material/bem, a BENEFICIÁRIA será notificada pelo órgão destinatário, para a sua retirada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

16.19 As entregas de material/bem somente poderão ser concretizadas em data e horário previamente ajustados, mediante entendimento entre a BENEFICIÁRIA e o órgão com antecedência de 02 (dois) dias úteis.

16.20 Todo o material/bem deverá estar etiquetado, sendo que a inobservância desta recomendação sujeita a BENEFICIÁRIA a assumir as responsabilidades e a arcar com os prejuízos decorrentes do não recebimento, pelo órgão, do material/bem encomendado.

16.21 Na ocorrência de avaria ou defeito coberto por garantia dada ao material/bem e no seu prazo de vigência, os custos de transporte do material/bem para a fábrica, oficina ou qualquer outro local, determinado pelo fornecedor, também serão cobertos pela BENEFICIÁRIA.

16.22 Cada entrega de material/bem deverá ser acompanhada de cópia da respectiva Ordem de Fornecimento (OF) e da nota fiscal original do material/bem, o qual registrará, obrigatoriamente:

- a) Número da Ordem de Fornecimento (OF);
- b) Nomenclatura do material/bem encomendado;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

- c) Declaração de que as contribuições a serem retidas na operação, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, pois, por ser Substituto Tributário, a Codevasf recolhe na fonte os impostos pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral; e
- d) Os dados bancários para pagamento; BANCO (NÚMERO E NOME), AGÊNCIA (CÓDIGO E NOME) E CONTA CORRENTE.

16.23 O material/bem deverá ter sua identificação aposta na embalagem, através de adesivos ou etiquetas em que constem:

- a) Número de Estoque Brasileiro (NEB);
- b) Número do Pedido de Material;
- c) Nome da empresa;
- d) A nomenclatura do material;
- e) A unidade de fornecimento;
- f) A quantidade da embalagem; e
- g) Prazo de validade do item (caso tenha limite de vida útil em prateleira).

16.24 O fornecimento do material/bem será nas quantidades e DESCRIÇÕES indicadas conforme o contido nos anexos (Planilhas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII) deste Termo e deverão ser fornecidos com um mínimo de doze meses de validade ou 75% do prazo de validade indicada pelo fabricante ou outro mecanismo pertinente, a partir da data de entrega.

16.25 Quando solicitado na relação do material licitado deverão ser fornecidos certificados de qualidade e/ou garantia e/ou teste e/ou laudo técnico, junto ao material entregue.

16.26 Deverão ser informados os cuidados especiais a serem observados na preservação e armazenagem do material/bem, tais como: temperatura de armazenagem, limite de umidade ou outros que o material exigir.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

16.27 Cobranças relativas aos ressarcimentos iniciar-se-ão no primeiro dia útil após o vencimento do prazo final dado pelo órgão para entrega do material.

16.28 Quando constatada qualquer irregularidade no ato do recebimento, a mercadoria será devolvida no próprio transporte, não sendo responsabilidade da CONTRATANTE o que vier a ocorrer posteriormente com tal mercadoria.

16.29 Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade do produto pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo contratante.

16.30 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da Codevasf, a qual não está obrigada a firmar o total das contratações advindas do Registro de Preços.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnico designado, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso,



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais/bens, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – 6ª/GRA, por meio da Unidade de Serviços Gerais – 6ª/GRA/USA, a execução do contrato.

17.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico – 6ª/GRA, por meio da 6ª/GRA/USA, que é a responsável pelo acompanhamento do contrato; no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços/fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços/fornecimentos.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

18.1 A inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores está consubstanciada nos diplomas legais elencados abaixo e nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro:

a) O disposto no art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, que estabelece como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e de seus processos de elaboração e prestação;

b) A diretriz prevista no art. 225 da Constituição da República, preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

c) A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo traduz-se na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

18.2 A Lei nº 13.303/2016 nos Art. 32 (Inciso I e §§1º) e Art. 55 (Inciso III) incluiu a observância de critérios de sustentabilidade;

18.3 A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudança de Clima (PNMC), tem como uma de suas diretrizes o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo (art. 5º, XIII), e como um de seus instrumentos a adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos (art. 6º, XII);



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

18.4 A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cujo art. 7º, inciso XI, destaca como um dos objetivos a prioridade nas aquisições e contratações governamentais de produtos reciclados e recicláveis, assim como de bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal;

18.5 A Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), a qual prevê expressamente que as especificações técnicas para aquisições de bens e contratações de obras e serviços deverão conter critérios ambientais nos processos de extração, fabricação, utilização e descarte de matérias primas, sem frustrar o caráter competitivo do certame;

18.6 A Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI/MPOG, estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, incitando as práticas de contratações sustentáveis, conforme disposto no art. 11, inciso VI e o anexo II da referida norma.

18.7 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, **no que couber**, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

18.8 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

18.9 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

18.20 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 19.7 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

18.21 A Codevasf, por meio da gestão do contrato, fará a fiscalização dos critérios de sustentabilidade adotados/apresentados pela empresa no decorrer do contrato.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 O licitante fica obrigado a garantir a qualidade de todos os materiais/bens.

19.2 A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

19.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);

19.2.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no caso de equipamentos;

19.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Artigo 76 da Lei 13.303/2016;

19.2.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, no caso de equipamentos;

19.2.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.2.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.3 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.4 A contratada deverá cumprir o Acordo de nível de serviço:

19.4.1 A REGISTRADA deverá disponibilizar serviço de atendimento, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), indicando endereço de e-mail para abertura do chamado e outros meios como telefone (de preferência do tipo 0800) e sítio para abertura de chamados.

19.4.2 É obrigatória a indicação de endereço eletrônico (e-mail) para a abertura de chamados, que será considerado o meio de comunicação padrão da CONTRATANTE.

19.4.3 A CONTRATANTE não se responsabiliza por falhas no serviço de e-mail da CONTRATADA, cabendo a ela informar qualquer mudança que ocorrer no endereço;

19.4.4 É requisito para o aceite definitivo do produto ora licitado, o fornecimento do e-mail para a abertura do chamado, que deverá ser válido e estar totalmente operacional.

19.4.5 Qualquer problema de fornecimento ou de vício nos produtos deverá ser sanado em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas a contar da abertura do chamado.

19.4.6 Para cada dia de atraso na resolução do problema, a CONTRATADA será penalizada com multa moratória, na forma do item 20.1, alíneas b e c.

19.4.7 O prazo para entrega dos produtos será de 30 (trinta) dias corridos, conforme definido no item 13.1, podendo ser estendido para o máximo de 60 (sessenta) dias.

19.4.8 Caso o produto não tenha sido entregue em até 60 dias, será aplicada a regra do item 20.1



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

20.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

20.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.

20.3 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

20.4 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

20.5 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.6 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

20.7 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

20.8 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21. GARANTIA DOS MATERIAIS/BENS

21.1 A garantia consta das planilhas de especificações constantes no Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.

21.2 A empresa deverá substituir o material não aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de garantia, no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir da ciência da rejeição;

21.3 Os materiais/bens oriundos do Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento por prazo não inferior a 12 (doze) meses (nos itens que não constam o prazo de validade e garantia na descrição dos materiais), contados da data em que forem entregues, devendo constar a descrição do produto, incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

1 22. CONDIÇÕES GERAIS

22.1 A empresa deverá entregar os produtos originais que deverão conter em sua embalagem – impresso ou gravado, as seguintes informações:



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

22.1.2 Indicação do fabricante do produto.

22.1.3 Indicação do distribuidor e do fornecedor do produto;

22.1.4 Indicação de marca e patente do produto. Não será de forma nenhuma aceito produto sem a indicação da marca, seja impressa ou fresada;

22.1.5 Informações sobre o serviço de atendimento ao consumidor – SAC.

22.1.6 Os suprimentos deverão produzir impressões nítidas e de boa qualidade;

22.2 Todos os suprimentos especificados nesse Termo deverão conter referência. Referência é o termo genérico aplicado a qualquer código ou símbolo usado pelos fabricantes e/ou fornecedores de materiais/bens para identificação de seus produtos. Os tipos mais comuns de números de referência são:

22.2.1 Símbolo do fabricante ou fornecedor;

22.2.2 Número do plano do fabricante;

22.2.3 Código de barras do fornecedor;

22.2.4 Número da peça do plano/desenho do fabricante.

22.3 A empresa deverá substituir o material/bem não aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de garantia, no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir da ciência da rejeição;

22.4 Os materiais/bens oriundos do Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento por prazo NÃO inferior a 12



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

(doze) meses (nos itens que não constam o prazo de validade e garantia na descrição dos materiais), contados da data em que forem entregues, devendo constar a descrição do produto, incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

23. ANEXOS

23.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I - Justificativas
- Anexo II - Planilha de Especificações, Quantidades e Preços Totais
- Anexo III – CD Rom contendo: Termo de Referência completo e Planilhas

23.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do material/bem a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o Termo de Referência - TR

Justificativas:

Da necessidade da contratação

Suprir o estoque de materiais de expediente e consumo diversos, material gráfico, materiais elétricos, gêneros de alimentação, material de copa/cozinha, equipamentos de refrigeração, e mobiliários, para atendimento de demanda da Codevasf 6ª SR, na Sede em Juazeiro/BA, e seus Escritórios de Apoio Técnico durante a vigência da ata de registro de preços.

No desenvolvimento das atividades administrativas da 6ª Superintendência Regional da Codevasf é necessário o uso de diversos materiais de expediente e consumo diversos, material gráfico, materiais elétricos, gêneros de alimentação, material de copa/cozinha, equipamentos de refrigeração, e mobiliários, sendo de uso escalonado durante o ano, ou seja, entrega parcelada, então, a área técnica observou a necessidade de constituir Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à entrega parcelada e de acordo com a necessidade de uso, trazendo assim economia de escala a administração pública.

Será observada a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, com suas alterações, com relação às regras referentes à comprovação de regularidade fiscal e critérios de desempate, conforme arts. 42 a 45.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO e Sistema de Registro de Preços

Por tratar-se de aquisição de bens comuns, assim definidos na forma do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, é imperativo que a licitação seja processada sob a modalidade de pregão na forma eletrônica, visando ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro.

A adoção do sistema de registro de preços é justificada pela impossibilidade de prever o quantitativo exato a ser consumido no período pretendido, em consonância com o art. 3º inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

Reforça a necessidade de adoção dessa metodologia, com base no art. 3º, inciso III da supracitada norma.

A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e Planilhas de Quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. Os termos de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Permite Participação de Cooperativa: Não: Não atende a legislação para fornecimento do objeto licitado.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de fornecer o objeto com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Da não Exigência de Garantia de Execução: diante de não haver complexidade no fornecimento do objeto licitado, não será obrigatório. A exigência serviria apenas para encarecer o objeto.

Permite Participação de Consórcios: Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente não necessária a formação de consórcios.

Subcontratação: Não. Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação e da necessidade de agrupar os itens que compõem os grupos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII:

A licitação de materiais e bens será realizada por grupos, para aproveitar as peculiaridades do mercado, tendo em vista que são materiais facilmente encontrados no mercado, proporcionar ganho em escala com os grupos, padronizar os itens a serem adquiridos em lote.

O Agrupamento de itens visa a despertar maior interesse pela licitação, em virtude dos pequenos valores de cada item isoladamente, além de permitir a redução dos trabalhos de acompanhamento e fiscalização, reduzindo o custo administrativo.

Trata-se de materiais/bens similares, onde, no mercado, existem diversos fornecedores que podem fornecer todos os itens do grupo de uma só vez, além de despertar maior interesse pela licitação, em virtude dos pequenos valores de cada item isoladamente, a exemplo dos materiais diversos.

Critério de Julgamento: menor preço por **grupo** (grupos de 01 a 12), de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

Intervalo de Lances: O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,2% (dois décimos por cento), do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. O percentual foi exigido considerando o valor do certame.

Sustentabilidade Ambiental: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Garantia do Objeto: A garantia dos objetos consta na planilha de descrição do objeto.

Apresentação de amostras – para o escopo do fornecimento é necessário à apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido, conforme subitem 3.6.4 e Item 7 do TR.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA
Gerência Regional de Administração e Suporte Logístico

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): **Sim** – Sim. Permite ganho de escala de outros órgãos interessados em aderir, nos termos do Decreto nº 7.892/13. A Adesão a Ata de Registro de Preços promove maior eficiência nas contratações, facilitam o planejamento da gestão, promove economicidade por contratar menor preço e pouco custo.

Não divulgar Intenção de Registro de Preço – IRP: Considerando a necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório perante a perspectiva de liberação orçamentária nos últimos meses do exercício uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público; considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme § 1º, do Art. 4º, do Decreto 7.892/2013, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Da orçamentação: Não foram utilizados o inciso I, art. 15, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, e o inciso I, Art. 5º, da Instrução Normativa Nº 73 de 05 de agosto de 2020 devido a plataforma do sistema portal do Governo Federal “Painel de Preços” estar inoperante, conforme mostrará arquivo que será anexado ao presente processo administrativo, por isso, a pesquisa de preços se deu por pesquisas de aquisições e contratações similares de outros entes públicos.

Exclusividade para ME e EPP: Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os grupos cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Indicação do Gestor da Ata de Registro de Preços: O Gestor da Ata de Registro de Preços será o Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional Fernando Luiz Guimarães.